



Protestos na era da informação: panóptico, visibilidade sinóptica e outras formas de ver e ser visto

Protests in the information age: panopticon, synopticon, and other ways of seeing and being seen

Lucas Melgaço *

RESUMO

Ao mesmo tempo que as tecnologias da informação e comunicação têm impulsionado a ocorrência de grandes manifestações públicas no atual período técnico-científico e informacional, elas têm também sido utilizadas para o monitoramento de ativistas e, por vezes, para verdadeiramente coibir a ação de alguns cidadãos. Esse cenário de intensa vigilância tem sido muitas vezes representado a partir de metáforas como *big brother* e panóptico. Todavia, esses dois termos não são suficientes para explicar a atual sociedade da vigilância. Enquanto o modelo panóptico representa uma situação em que “um” monitora “vários”, o momento atual é marcado também por situações em que, inversamente, “vários” vigiam “um”, ou ainda, “vários” vigiam “vários”. Por sua vez, a concepção orwelliana estaria incompleta por concentrar o poder de vigilância em um único agente: o Estado. Apesar da importância ainda crucial do Estado, outros agentes passam a ter semelhante relevância no controle da informação no período atual, como as empresas e os próprios indivíduos. Os recentes protestos no Brasil têm trazido vários exemplos em que a vigilância promovida por agentes hegemônicos tem sido contraposta não apenas por atos de contravigilância, mas de uma crescente visibilidade sinóptica.

Palavras-chave: Protestos; Vigilância;

ABSTRACT

Information and communication technologies have fostered the existence of large public demonstrations in the current techno-scientific and informational period, while at the same time they have often served to monitor activists' activities and to curtail the actions of certain citizens. Such scenario of intensive surveillance has been represented by metaphors like *big brother* and the panopticon. However, these metaphors on their own cannot explain the complexities of the current surveillance society. While the panopticon model represents the surveillance of “the many” by “one”, today there are many situations where “the many” watch “one”, or even, “the many” watch “the many”. The Orwellian model is incomplete as it centres the surveillance focus in the hands of the state, whereas other actors like companies and individuals play crucial roles in the current surveillance realm. Recent protests in Brazil show several examples in which the surveillance promoted by hegemonic agents is being countered not only by counter-surveillance practices but also by a growing synoptic visibility.

Keywords: Protests; Surveillance; Panopticon; Synopticon; Techno-Scientific and Informational Period.

* Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Criminologia da Vrije Universiteit Brussel (VUB). Endereço: Pleinlaan 2, 1050, Bruxelas, Bélgica. E-mail: lucas.melgaco@vub.ac.be.

INTRODUÇÃO

Após a escolha em 2010 de Mark Zuckerberg como a personalidade do ano pela revista americana *Time*, em 2011 a capa dessa mesma revista trouxe “o manifestante” como a figura de maior influência do ano (Figura 1). Desde a Primavera Árabe, manifestações públicas de larga escala têm se multiplicado em diversas partes do globo. As capas da *Time* de 2010 e 2011 representam duas importantes marcas da atual era da informação: redes sociais e protestos. E esses dois fatores estão relacionados. As tecnologias da informação e comunicação têm tido um duplo papel nesses eventos de massa. Ao mesmo tempo que elas facilitam a organização de tais acontecimentos, essas tecnologias são também passíveis de monitoramento por autoridades e de serem usadas para identificar e coibir a ação de manifestantes.

Figura 1 – Capa da revista *Time* com “o manifestante” como a personalidade do ano de 2011.



Fonte: Person of the Year. *Time*, Dec. 2011

A prática de tomar as ruas como forma de protesto não é, porém, algo novo, e a história do Brasil está repleta de episódios marcantes. Por exemplo, entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904 um grande número de pessoas saiu às ruas da cidade do Rio de Janeiro para protestar contra uma campanha governamental de vacinação obrigatória contra a varíola, evento que ficou conhecido como a Revolta da Vacina (CARVALHO, 1987; SEVCENKO, 2003). Com cartazes e bandeiras, elas marcharam pelas ruas reivindicando o direito de não serem vacinados. Houve confrontos com as

forças de ordem e alguns casos pontuais de depredação do patrimônio público e privado, o que incluiu um bonde revirado pelos manifestantes (Figura 2). Um século mais tarde, durante o mês de junho de 2013, inúmeras pessoas saíram às ruas de diversas cidades do Brasil, incluindo a do Rio de Janeiro, para protestarem contra assuntos que iam desde o aumento das tarifas de ônibus, corrupção, às obras para a Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas. Casos de confrontos entre manifestantes e polícia também ocorreram. Assim como na Revolta da Vacina, veículos foram revirados. Apesar das diferentes motivações por detrás dos protestos do início do século XX e do início do século XXI, o ato de tomada das ruas foi, a princípio, bastante semelhante nos dois casos. Há, porém, diferenças cruciais entre os dois momentos históricos e muitas dessas diferenças dizem respeito ao papel central da informação no período atual, sobretudo a digital.

Figura 2 – Bonde virado na praça da República, no Rio de Janeiro.



Fonte: Foto publicada originalmente na *Revista da Semana* em 27/11/1904 (CARVALHO, 1987).
Imagem de domínio público.

Muita coisa mudou nesse neste último século de protestos, e muitas dessas mudanças estão ligadas à emergência de um novo período histórico que tem a informação como seu principal motor. No passado, a relevância e repercussão de um protesto eram muito atreladas ao lugar, ao contexto espacial imediato em que ele ocorria. Uma vez terminado o protesto, pouco ficava registrado daquele momento para além da memória dos participantes (manifestantes, autoridades públicas, espectadores), dos relatórios dos envolvidos e das reportagens de alguns jornalistas. A cobertura através de imagens era quase inexistente. Há, por exemplo, pouquíssimo material fotográfico remanescente da Revolta da Vacina para além da imagem mostrada acima.

Já hoje, quase tão importante quanto sair às ruas é saber utilizar estrategicamente as informações, estatísticas, imagens e vídeos produzidos a partir de uma manifestação. Exemplo disso foi a disputa entre o Instituto Datafolha e a Polícia Militar sobre a contagem do número de participantes na manifestação ocorrida no dia 15 de março de 2015 contra o então governo da presidenta Dilma Rousseff. Enquanto o primeiro

estimou o número de manifestantes em 210 mil, a segunda enxergou 1 milhão de pessoas na mesma passeata. Mas não só números e estatísticas são objetos de disputa quanto à forma de se representar tais eventos. A escolha de fotos e vídeos de momentos específicos de uma manifestação pode definir a forma como a opinião pública irá interpretar tal evento.

Com a banalização de tecnologias de coleta de imagens, uma quase infinidade de material imagético e sonoro pode ser coletada durante as manifestações. Dependendo da forma como esse material é selecionado e editado, muitas histórias e interpretações diferentes do mesmo evento podem ser contadas. Além disso, há uma grande diversidade de fontes produzindo material digital, que, diferentemente do passado, pode hoje circular quase que de modo instantâneo em diversas redes digitais de comunicação.

Novas tecnologias de vigilância permitiram um maior monitoramento de manifestações públicas. Entre elas, podemos citar: as câmeras de circuito fechado de televisão (CFTV), tanto convencionais como inteligentes; as tecnologias móveis (como *smartphones*, câmeras digitais, *body cams*, *drones*) e o monitoramento de mensagens e imagens compartilhadas em redes sociais (como Facebook, Twitter e WhatsApp). Não é por coincidência, portanto, que metáforas como *big brother* e panóptico têm sido utilizadas para explicar a condição de vigilância crescente do atual momento, o que também se aplica às manifestações.

Com o propósito de refletir sobre os protestos na era da informação, este artigo foi dividido em três partes. A primeira discute as características do atual período técnico por meio de um reflexão embasada pelo conceito de período técnico-científico e informacional proposto pelo geógrafo Milton Santos (1996). Tal período será explicado a partir dos conceitos de unicidade técnica, alargamento dos contextos, convergência dos momentos, cognoscibilidade do planeta e aceleração contemporânea, sugeridos pelo mesmo autor. A segunda parte aborda como as metáforas *big brother* e panóptico, apesar de ainda importantes, têm se tornado insuficientes para a caracterização dos protestos no período atual; e a terceira parte traz elementos para se pensar a vigilância para além desses dois termos, levando em conta seu caráter múltiplo e difuso. Conceitos como sinóptico e contravigilância serão mobilizados para se discutir o atual papel da vigilância e da visibilidade dos protestos na atual era da informação.

PROTESTOS NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO E INFORMACIONAL

Para entender as particularidades dos protestos na atual era da informação é importante conhecer algumas das características do que Milton Santos chamou de “período técnico-científico e informacional”. Para Santos (1996), o momento atual é o estágio mais avançado de uma periodização esquemática da história da humanidade em três grandes momentos técnicos: o natural, o técnico e o técnico-científico e informacional.

Durante o período natural, as relações entre homem e natureza se davam por meio de técnicas muito simples. Havia poucos objetos técnicos à disposição, tais como a foice e a enxada, ferramentas que funcionavam como uma espécie de extensão do corpo humano. Durante esse período, apesar das tentativas de domesticação das plantas, era ainda a natureza a principal determinante das relações sociais. Com o desenvolvimento de máquinas complexas, o período natural foi se transformando em período técnico. Objetos técnicos começaram a se libertar do corpo humano e a

funcionar de maneira quase independente. Esses objetos passaram a ser organizados em sistemas, algo na linha do que Santos e Silveira (2001) chamaram de “sistemas de engenharia”. A crescente cientifização e informatização dos objetos técnicos e dos sistemas de engenharia levaram ao surgimento do meio técnico-científico e informacional. Para Santos (1996), esse novo período aparece após a Segunda Guerra Mundial, mas é a partir dos anos 1970 que ele se estabelece de forma efetiva globalmente. Houve uma consolidação das já existentes tecnologias de comunicação, como o telefone e a televisão, e o revolucionário aparecimento da internet. A informação, nas suas diversas formas, inclusive a digital, passa a ser um dos grandes motores sociais.

Santos sugere uma lista de conceitos para descrever o período técnico-científico e informacional, cinco dos quais serão detalhados a seguir: unicidade técnica, alargamento dos contextos, convergência dos momentos, cognoscibilidade do planeta e aceleração contemporânea (MELGAÇO, 2013). Diferentemente do que existia em outros períodos técnicos, quando os sistemas tinham extensão apenas regional, há hoje uma unicidade técnica, ou seja, um sistema técnico informacional que é praticamente o mesmo para todos os diferentes países do mundo. O símbolo atual mais importante dessa unicidade é certamente a internet. Um vídeo de uma manifestação em Hong Kong pode ser visualizado em qualquer computador do mundo, esteja ele no Brasil ou no Japão, já que há uma unicidade de códigos e parâmetros. Quando se pensa em vigilância – entendida aqui como “qualquer forma de coleta ou processamento de dados pessoais, identificáveis ou não, com o intuito de influenciar ou gerir aqueles cujos dados foram coletados” (LYON, 2001, p. 2) –, há inúmeros exemplos de como a unicidade técnica tem facilitado o ato de monitorar pessoas. Os sistemas de triangulação e posicionamento por satélite usados para rastrear a posição e os deslocamentos dos celulares de manifestantes são praticamente os mesmos em qualquer canto do planeta. Há de fato um processo de globalização das tecnologias de vigilância, como bem apontaram Wood e Webster (2009). Além disso, o espraiamento mundial da internet permite uma inédita padronização não somente de formas de comunicação, mas também de vigilância. Redes sociais como o Facebook têm sido usadas para convocar protestos em contextos políticos os mais diversos, e têm, ao mesmo tempo, sido monitoradas por autoridades de forma muito semelhante nesses diferentes lugares.

A unicidade técnica facilita a troca de dados digitais e a integração de tecnologias diversas. Sobre isso Santos diz que:

Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico (SANTOS, 2000, p. 25).

Santos aponta que a unicidade técnica cria as condições necessárias para o surgimento de uma convergência dos momentos que, segundo ele (2000, p. 27), “não é apenas o resultado de que, nos mais diversos lugares, a hora do relógio é a mesma. Não é somente isso. Se a hora é a mesma, convergem, também, os momentos vividos”. Um exemplo claro de convergência dos momentos no caso de

manifestações é o uso de *video streaming* por ativistas, como aqueles do coletivo Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), para cobrir eventos em tempo real as chamadas Jornadas de Junho, em 2013. Por intermédio dessas tecnologias, pessoas em localizações diferentes no espaço puderam compartilhar momentos e experiências de forma instantânea através da internet. Manifestantes presentes nos diversos protestos compartilhavam seus vídeos e depoimentos em tempo real para uma rede difusa de espectadores.

A convergência dos momentos também nos leva a refletir sobre o fato de que hoje, diferentemente do passado, não há mais um intervalo obrigatório entre a ocorrência do fato e a produção da notícia. No caso da Revolta da Vacina, acontecimento anterior ao surgimento do período técnico-científico e informacional, as notícias sobre o ocorrido só apareceram nos jornais nos dias seguintes ao evento, quando o evento já havia sido finalizado. No caso dos protestos de junho de 2013, fato e notícia ocorreram quase que simultaneamente. Essa instantaneidade faz inclusive com que a notícia seja capaz de influenciar o próprio evento, tudo em tempo real. Uma publicação, um tweet publicado durante uma manifestação podem mudar os próprios rumos do protesto.

A união de unicidade técnica e convergência dos momentos permitiu o surgimento do que Santos (1996) chamou de “alargamento dos contextos”. O conceito faz referência à capacidade atual de se acessar e interferir em diferentes lugares a partir de um único lugar. Um protesto que evidencia tal alargamento foi a rebelião simultânea em 18 de fevereiro de 2001 em 29 presídios brasileiros. Mesmo estando encarcerados, e logo com seus movimentos restringidos, presidiários ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC) foram capazes de expandir suas ações para muito além dos limites físicos de suas celas. Com o alargamento dos contextos, as manifestações, mesmo que ocorram em lugares específicos, têm se tornado cada vez mais globais. O significado do conceito de alargamento dos contextos dialoga com o de convergência dos momentos, com a diferença que o primeiro enfatiza a importância da comunicação em rede e o segundo a ideia de instantaneidade.

Essas mudanças técnicas supracitadas permitiram a existência do que Santos chamou de “cognoscibilidade do planeta”, ou seja, à possibilidade dada pelas redes e sistemas técnicos atuais de se conhecer a totalidade do globo. Notícias como a descoberta de tribos isoladas na Amazônia e desconhecidas do resto da humanidade se tornarão cada vez mais raras, já que o mundo, como destacou Santos (2000, p. 21) se tornou uma realidade empírica. Isso muda também a forma como lidamos com os protestos, já que eles são cada vez menos locais. Uma vez nas redes, eles pertencem ao mundo. E, por consequência, abafar e negar a existência de tais manifestações passa a ser, felizmente, uma tarefa cada vez mais difícil.

A ideia de cognoscibilidade do planeta também pode ser aplicada à quase impossibilidade de se estar “invisível”, ou melhor, “anônimo” nos espaços públicos. Com tantos sistemas de vigilância em jogo, de câmeras de vigilância a celulares, boa parte do que se passa nos espaços públicos se torna de algum modo informatizada, registrada e passível de investigação. Cada vez menos os movimentos dos envolvidos em manifestações passam despercebidos. Um exemplo que bem ilustra essa afirmação foi a descoberta de um policial infiltrado, um “P2”, durante os protestos de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.¹ Em vídeos gravados pelos manifestantes e

¹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/videos-levantam-hipotese-de-que-pm-infiltrado-em-protesto-atacou-policiais-com-bomba-9156362>>.

circulados em redes sociais era possível identificar um policial militar à paisana lançando coquetéis molotov com o possível intuito de justificar uma reação policial repressiva e truculenta. Tivesse ocorrido em qualquer outro momento histórico, tal ação provavelmente teria passado despercebida.

Vivemos certamente em um período agitado, acelerado, repleto de eventos. No período atual, a ideia de duração dá lugar à de sucessão. Há uma aceleração contemporânea em que as inovações aparecem cada vez mais rapidamente, levando a uma banalização e também a um rápido perecimento dos inventos (SANTOS, 1993). Além disso, o intervalo entre a invenção de uma nova tecnologia e a sua difusão tem se tornado cada vez mais curto. Como ilustração, a disseminação da internet foi muitas vezes mais rápida do que a da televisão, que por sua vez foi mais rápida que aquela do rádio. A mesma aceleração pode ser notada com a rápida difusão das tecnologias de vigilância e de comunicação. A todo momento, novos inventos são apresentados ao público, como câmeras cada vez mais potentes e menores, programas de identificação facial e de comportamentos, *drones*, *body cams*, entre várias outras tecnologias de vigilância. Somado a isso, a comunicação digital tem conhecido um momento histórico importante no qual a internet se desprende da ideia de “terminais de computador” e passa a tomar as ruas por meio do uso de telefones móveis. A noção de “se conectar à internet” tem feito cada vez menos sentido, já que com os *smartphones* há a possibilidade de se estar constantemente conectado. A aceleração contemporânea dada pelo desenvolvimento tecnológico nas áreas de vigilância e telecomunicação têm permitido a rápida banalização de tecnologias como o *video streaming*, analisadas ao final deste texto. A compreensão dos protestos na era da informação passa pelo entendimento dessa aceleração contemporânea.

BIG BROTHER E PANÓPTICO

Se compararmos o período atual à realidade de um século atrás, iremos constatar que há de fato uma vigilância praticamente ubíqua, quase onipresente. Estamos a todo tempo sendo de alguma forma vigiados. Quando andamos pelas ruas somos inúmeras vezes alvo do olhar curioso de câmeras de vigilância. Quando utilizamos cartões de crédito, quando fazemos compras no supermercado com nossos cartões de fidelidade, quando falamos ao telefone celular ou quando surfamos na internet, geramos rastros digitais passíveis de monitoramento. No atual período técnico-científico informacional se tornou praticamente impossível estar invisível às diversas malhas de vigilância. É possível escapar de algumas delas, mas certamente não de todas.

Nos dias de hoje, um manifestante que sai à rua para protestar poderá ser monitorado em diferentes momentos: antes da ocorrência do protesto (como através de suas comunicações em redes sociais), durante o protesto (através das informações de localização geradas pelo seu celular, por exemplo) e após os protestos (como a partir dos vídeos e fotos dele ou dela produzidas por vigilância por vídeo). E como bem destacaram Ulrich e Wollinger (2011), não apenas câmeras de vigilância têm sido usadas para o monitoramento dos protestos, mas também uma série de outras tecnologias de imageamento como os *drones* e torres móveis de monitoramento por câmeras.

Para descrever essa situação de permanente vigilância, tem sido comum a utilização da metáfora *big brother*. A expressão é normalmente associada ao *reality show* criado em 1999 pela empresa holandesa Endemol e reproduzido no Brasil desde 2002 pela

Rede Globo de Televisão. É sabido, entretanto, que o nome do programa foi, na verdade, inspirado no personagem homônimo do romance *1984*, de George Orwell. No livro, *Big Brother* é o chefe supremo do “Partido” e é capaz de tudo ver e saber: daí a máxima “Big Brother is watching you” (o grande irmão está te vigiando). A concepção orwelliana, porém, centra o poder de vigilância exclusivamente nas mãos do Estado. É inegável que o Estado ainda tenha importância crucial nas práticas de vigilância, e o atual poder da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA, da sigla em inglês), revelado por Snowden (BAUMAN, Z. et al., 2014; LYON, 2015), é um claro exemplo disso. No caso brasileiro, o poder do Estado vigilante ficou evidente no episódio da prisão de duas dezenas de manifestantes no dia 12 de julho de 2014, às vésperas da final da Copa do Mundo de Futebol no Rio de Janeiro. Numa operação denominada *Firewall*, a Delegacia de Repressão a Crimes contra a Informática (DRCI) da Polícia Civil do Rio de Janeiro monitorou durante meses as comunicações telefônicas, e-mails e as contas em redes sociais de diversos manifestantes. Mesmo sem terem concretizado atos criminosos, os manifestantes foram presos como forma de prevenção com base exclusiva na interpretação do material pessoal coletado.

O Estado, porém, não está só. No período atual, outros agentes passam a ter semelhante relevância no controle da informação. Empresas de comunicação como Google e Facebook detêm uma enorme quantidade de dados pessoais estratégicos. O mesmo pode ser dito das informações coletadas pelos bancos, pelas operadoras de telefonia e pelos planos de saúde. Além do poder das empresas em práticas de vigilância, o atual período também permite que o indivíduo monitorado pelo Estado e pelas empresas também se torne ele próprio um agente promotor de vigilância. A metáfora *big brother*, portanto, passa a fazer mais sentido quando utilizada no plural.

Além da metáfora orwelliana, o conceito de panóptico também tem sido utilizado para se explicar a atual sociedade da vigilância. No livro *Vigiar e punir*, o filósofo francês Michel Foucault (1975) retoma a ideia de um modelo prisional desenvolvido no fim do século XVIII pelo inglês Jeremy Bentham. Nesse modelo, uma torre instalada no centro do pátio da prisão permitiria que os vigias monitorassem os presidiários nas celas construídas ao redor. A etimologia do termo vem do grego *pan*, que significa todos, e *optikós*, visão. O panóptico seria então a metáfora de um dispositivo capaz de tudo ver e a todos monitorar. Uma característica importante desse modelo prisional era o fato de os presidiários não saberem quando e se estavam sendo monitorados pelos vigias. A dúvida sobre a existência ou não de um monitoramento efetivo criaria nos detentos um impulso por disciplina. Foucault mostrou que essa relação entre vigilância e disciplina não faz parte apenas do espaço prisional, mas também está presente em muitas outras formas arquitetônicas, como o hospital e a escola. Também em relação aos protestos, pode-se pensar a relação entre vigilância potencial e disciplinamento dos corpos.

Um caso evidente de tentativa de disciplinamento foi o ocorrido durante as manifestações do dia 21 de janeiro de 2014 em Kiev, capital da Ucrânia. Manifestantes, espectadores e outras pessoas próximas ao local dos protestos receberam em seus celulares uma mensagem de uma fonte não identificada dizendo: “Caro assinante, você foi fichado como participante de um motim em massa”. A mensagem, que

muito provavelmente partiu do governo e com anuência das operadoras de telefonia, tinha o intuito claro de dissuadir as pessoas a não participarem do protesto.²

A VISIBILIDADE SINÓPTICA

Apesar do disciplinamento dos corpos a partir da possibilidade de se estar sendo vigiado continuar existindo, a noção do panóptico é insuficiente para explicar a atual sociedade da vigilância. O modelo panóptico apresenta uma situação em que “um” monitora “vários”. Um único vigia posicionado na torre central de vigilância seria capaz de monitorar um grande número de prisioneiros. O momento atual é marcado não só por situações em que “um” monitora “vários”, mas também por outras em que, inversamente, “vários” vigiam “um”. Para descrever tal condição, Mathiesen (1997) sugere o termo “sinóptico”, criado a partir do prefixo grego *sin*, que significa mútuo, recíproco. O autor ilustra seu conceito com o exemplo da televisão, em que a vida de uma única celebridade passa a ser monitorada por um grande número de telespectadores. O próprio *reality show* Big Brother seria, na verdade, um exemplo de sinóptico, pois uma dezena de concorrentes passa a ser monitorada por milhares de pessoas a partir de suas casas e através da televisão.

Enquanto o panopticismo de Foucault foi essencial para a fundação e consolidação da vigilância como campo de investigação, outros autores têm tentado ir além dessa reflexão, questionando e atualizando essa teoria. Esse é o caso, por exemplo, de Gilles Deleuze (1992), que sugeriu uma transição da sociedade disciplinar para o que ele chamou de “sociedade do controle”. Nela, o encarceramento disciplinar dá lugar a um controle contínuo e instantâneo. Na perspectiva da sociedade de controle de Deleuze, pode-se dizer que a vigilância não está restrita às instituições disciplinadoras, mas está presente ou é capaz de estar presente em todos os lugares. Como sugerem Bauman e Lyon (2012), a vigilância se tornou líquida, no sentido de ter se tornado difusa, complexa e ubíqua. Na mesma lógica, Fernanda Bruno (2013) propôs a ideia de vigilância distribuída e Kevin Haggerty e Richard Ericson (2000) propuseram o conceito de *surveillant assemblage*. A noção deleuziana de rizoma, retomada por Haggerty e Ericson, é útil para ilustrar a transição para um modelo menos hierárquico, em que cada indivíduo pode ser ao mesmo tempo agente e objeto de vigilância. Esses conceitos se contrapõem, portanto, à noção totalitária do *big brother* de Orwell, em que a vigilância estaria hierarquicamente centralizada na mão do Estado.

Também numa perspectiva semelhante, autores como Mark Andrejevic (2005) e Joshua Reeves (2012) levantam a ideia de uma vigilância lateral, destacando como os cidadãos estão se tornando vigias dos seus pares. Daniel Trottier (2012) vai ainda além ao utilizar o termo *crowdsourcing surveillance* para destacar como a vigilância de cima para baixo do Estado em relação aos cidadãos pode ser assessorada pelo vigilantismo dos próprios cidadãos. Gary Marx (2013) aponta a importância desse tipo de vigilância na investigação do atentado à bomba durante a Maratona de Boston em 15 de abril de 2013. Com o uso de informações coletadas e compartilhadas por cidadãos (por meio de celulares, câmeras e redes sociais), a polícia conseguiu rapidamente identificar os dois principais suspeitos de terem cometido aquele crime.

² Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2014/jan/21/ukraine-unrest-text-messages-protesters-mass-riot>>.

Assim, além da vigilância estatal de cima para baixo existe também hoje a possibilidade de uma vigilância de baixo para cima, uma contravigilância (MONAHAN, 2006) ou vigilância reversa. Para descrever tal situação, Steve Mann (2004) sugeriu o termo *sousveillance*, cujo prefixo francês *sous* significa por debaixo e *veillance*, vigilância. Essas novas formas de contravigilância são exemplos do que Santos (2000) chamou de contrarracionalidades: ações que utilizam as mesmas tecnologias de ponta do período atual, mas de forma inversa, subversiva.

O exemplo de *video streaming* praticado pelo coletivo Mídia Ninja durante os protestos de junho de 2013 poderia ser classificado como um caso de *sousveillance*. Manifestantes utilizaram seus celulares para monitorar a polícia, ou seja, cidadãos monitoraram agentes do Estado. Porém, mais do que vigilância reversa, é principalmente o papel sinóptico da vigilância que explica o poder dos ativistas da Mídia Ninja durante aqueles atos: eles jogavam com o papel da visibilidade, com o alargamento dos contextos e com a convergência dos momentos, com a possibilidade de vários usuários situados em lugares diferentes acompanharem em tempo real aquelas transmissões em vídeo, muitas delas incluindo casos de violência policial. Ao transmitir os protestos em tempo real, aqueles jornalistas alternativos não só tiveram o papel de trazer uma alternativa às representações e interpretações dos protestos promovidos pela grande mídia convencional, como também conseguiram evitar um número ainda maior de casos de abusos e prisões arbitrárias.

Hoje, três anos após as Jornadas de Junho, as práticas e possibilidades técnicas de contravigilância têm se multiplicado e se banalizado. O Twitter integrou o serviço de *video streaming* Periscope à sua rede social. O Periscope permite que qualquer usuário leigo transmita vídeos em tempo real. O mesmo é verdade para o Facebook, que agora conta com a função “Facebook Live”, com que usuários podem transmitir vídeos em tempo real. Há vários outros aplicativos de transmissão ao vivo para celular que podem ser facilmente encontrados e baixados na internet. Essa aceleração contemporânea representada pela banalização e diversificação de tais tecnologias de visibilidade e contravigilância traz assim novas capacidades à cobertura de protestos. Fala-se até mesmo em um novo termo para os jornalistas alternativos encarregados em transmitir protestos em tempo real: os *streamers*. Não seria de se espantar se um deles se tornasse celebridade do ano numa futura capa da *Time*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável, portanto, que tomar as ruas para protestar tem adquirido novos sentidos na atual era da informação ou, retomando o vocabulário de Milton Santos, no atual período técnico científico e informacional. Santos propôs tal termo na década 1980, marcadamente no livro *Espaço e método* (1985), e o aprofundou em seus trabalhos da década de 1990. Porém, desde sua morte em junho de 2001, muitos eventos e transformações tecnológicas aconteceram. Logo em setembro do mesmo ano, o mundo conheceu o ataque às torres gêmeas de Nova York, um evento que alterou a forma como a vigilância é promovida em todo o mundo. Surgiram também as redes sociais como o Facebook, Twitter e o YouTube. Os celulares se transformaram em *smartphones*, fazendo com que a internet não se limitasse mais a um computador, mas passasse a ocupar as ruas.

É nesse contexto que surge uma nova onda de protestos pelo mundo, tendo a Primavera Árabe como um importante ícone. No Brasil o evento mais marcante até o momento foi a leva de protestos de junho de 2013. Diferentemente do que acontecia

em manifestações há um século, como a Revolta da Vacina, os protestos agora são vigiados de múltiplas formas. Esse monitoramento, como explicado, não significa apenas o reforço dos modos panóptico e orwelliano de vigilância, mas cria novas possibilidades de visibilidade e vigilância.

Esquemáticamente, pode-se dizer que quatro formas de vigilância coexistem no atual meio técnico-científico e informacional: uma vigilância de cima para baixo promovida pelo Estado e por empresas, tendo a população como principal alvo – logo, uma vigilância mais próxima aos modelos panóptico e orwelliano; uma vigilância lateral promovida pelos indivíduos, seja para contribuir com as forças de ordem, seja para o monitoramento de pares; uma vigilância de baixo para cima, quando celulares e redes sociais são utilizadas pelos manifestantes para monitorar a ação da polícia, por exemplo; e por fim, pode-se até mesmo falar de práticas de autovigilância, como a iniciativa de alguns manifestantes de se filmarem e de transmitirem em tempo real por *video streaming* suas ações e localização durante os protestos, como forma de se proteger da violência policial. Obviamente, a realidade é mais complexa que tal tipologia. Esse esquema ressalta, porém, como no período atual a vigilância de protestos se apresenta de forma rizomática, relembrando a metáfora deleuziana. Junto com essas diferentes práticas de vigilância e de visibilidade despontam novas possibilidades de ação até então inviáveis antes das inovações tecnológicas dos últimos anos. Protestar não se restringe mais à simples presença física nas ruas mas inclui também o uso estratégico dessas tecnologias de informação e comunicação.

Há quem possa imaginar que a quase impossibilidade hoje de um manifestante se desvincular dos diversos olhares vigilantes represente uma redução do seu poder de ação. Porém, essa mesma visibilidade sinóptica é dialeticamente fonte de poder. O papel central de uma manifestação – e isso vale para qualquer protesto, incluindo a Revolta da Vacina –, como o próprio nome já diz, é o de “manifestar” algo, de tornar algo público, de chamar a atenção para uma reclamação, uma indignação. Carros são revirados não apenas por uma canalização de raivas e frustrações, mas como forma de atrair olhares. Se antes tal ato atraía apenas a atenção dos ali presentes, hoje esses atos atraem também câmeras de celulares ligados em rede e em tempo real. E é através das redes que o lugar encontra o mundo.

REFERÊNCIAS

ANDREJEVIC, M. The work of watching one another: lateral surveillance, risk, and governance. *Surveillance & Society*, v. 2 n. 4, p. 479-497, 2005.

BAUMAN, Z. et al. After Snowden: rethinking the impact of surveillance. *International Political Sociology*, v. 8, p. 121-144, 2014.

BAUMAN, Z.; LYON, D. *Liquid surveillance: a conversation*. Cambridge, UK: Polity Press, 2012.

BRUNO, F. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELEUZE, G. Postscript on the societies of control. *October*, v. 59, p. 3-7, 1992.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

- HAGGERTY, K.; ERICSON, R. The surveillant assemblage. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 4, p. 605-622, 2000.
- LYON, D. *Surveillance society: monitoring everyday life*. Buckingham: Open University Press, 2001.
- LYON, D. *Surveillance after Snowden*. Cambridge, UK: Polity Press, 2015.
- MANN, S. “Sousveillance”: inverse surveillance in multimedia imaging. *Proceedings of the 12th annual ACM international conference on multimedia*. New York: ACM Press, 2004. p. 620-627.
- MARX, G. The public as partner? Technology can make us auxiliaries as well as vigilantes. *Security & Privacy*, v. 11, n. 5, p. 56-61, 2013.
- MATHIESEN, T. The viewer society: Michel Foucault’s “panopticon” revisited. *Theoretical Criminology*, v. 1, p. 215-234, 1997.
- MELGAÇO, L. Security and surveillance in times of globalization: an appraisal of Milton Santos’ theory. *International Journal of E-Planning Research*, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2013.
- MONAHAN, T. Counter-surveillance as political intervention. *Social Semiotics*, v. 4, p. 515-34, 2006.
- WOOD, David Murakami; WEBSTER, C. William R. Living in surveillance societies: the normalisation of surveillance in Europe and the threat of Britain’s bad example. *Journal of Contemporary European Research*, v. 5, n. 2, p. 259-273, 2009.
- REEVES, J. If you see something, say something: lateral surveillance and the uses of responsibility. *Surveillance & Society*, v. 10, n. 3/4, p. 235-248, 2012.
- SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SCARLATO, F. (Ed.). *O novo mapa do mundo: fim do século e globalização*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993.
- _____. *A natureza do espaço: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003.
- TROTTIER, D. *Social media as surveillance*. London: Ashgate, 2012.
- ULRICH, P.; WOLLINGER, G. R. A surveillance studies perspective on protest policing: the case of video surveillance of demonstrations in Germany. *Interface*, v. 3, n. 1, p.12-38, 2011.